REVISTA SAÚDE DOS VALES

ISSN: 2674-8584 V.7 – N.1– 2023

USO DESORDENADO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS DURANTE A ADOLESCÊNCIA E AS CONSEQUÊNCIAS NA VIDA ADULTA

DISORDERED USE OF PSYCHOTROPIC DRUGS DURING ADOLESCENCE AND CONSEQUENCES IN ADULT LIFE

Mayara Terêza Barbosa da Silva
Centro Universitário Unifavip Wyden.
Caruaru-PE.
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-1020-7710

Dimas Kleyton Ferreira da Silva
Centro Universitário Unifavip Wyden.
Caruaru-PE.
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-5288-2948

Cristiane Gomes Lima
Centro Universitário Unifavip Wyden.
Caruaru-PE.
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-6919-2058

RESUMO:

Os diversos transtornos mentais vistos atualmente estão afetando cada vez mais a saúde de jovens no mundo todo, e isso tem levado à procura de medicações que auxiliem no controle/diminuição dos diversos sintomas apresentados por muitos. Portanto, essa revisão de literatura tem como intuito mostrar os motivos que levam os jovens a se medicarem com mais frequência, acarretando um uso dessa classe de medicamentos de uma maneira descontrolada, sendo de extrema importância que os tratamentos sejam sempre realizados de uma maneira adequada. Com tudo, o diagnóstico ainda é algo complexo, mesmo nos dias atuais e com as diversas pesquisas presentes atualmente, e isso se dá principalmente pela inconstância da sintomatologia, que é variável de adolescente para adolescente. O uso destes medicamentos

quando feito de uma maneira inapropriada, pode causar diversos problemas na saúde dos jovens, trazendo consigo inúmeras consequências para a vida adulta. Portanto, é necessário que os profissionais de saúde informem e conscientizem os adolescentes e responsáveis a maneira correta sobre o uso dos medicamentos.

Palavras-chaves: psicotrópicos, adolescência, consequências, uso desordenado.

ABSTRACT:

The various mental disorders seen today are increasingly affecting the health of young people worldwide, leading to the search for medications that help control or reduce the various symptoms presented by many. Therefore, this literature review aims to show the reasons that lead young people to take medication more frequently, resulting in the use of this class of medication in an uncontrolled manner, and it is extremely important that treatments are always carried out in an appropriate manner. However, diagnosis is still somewhat complex, even today and with the various research currently available, and this is mainly due to the inconsistency of the symptoms, which vary from teenager to teenager. The use of these medications, when done inappropriately, can cause several health problems in young people, bringing with them numerous consequences for adult life. Therefore, it is necessary for health professionals to inform and raise awareness among adolescents and guardians about the correct way to use medications.

Keywords: psychotropics, adolescence, consequences, disordered use.

1. INTRODUÇÃO

Medicamentos para tratar doenças mentais, tornaram-se gradativamente mais utilizados na psiquiatria da infância e da adolescência na sociedade atual. Desde a descoberta acidental por Bradley dos efeitos das anfetaminas na hiperatividade de crianças em 1937 até os ensaios clínicos multicêntricos do século 21, a psicofarmacologia pediátrica evoluiu de uma área de pesquisa para um padrão de cuidados clínicos (VITIELLO, DAVICO, 2018).

Segundo Couto, Duarte e Delgado (2008), o que torna relativamente complexo o diagnóstico de transtornos, tanto na infância como na adolescência, é a variação do aparecimento dos sintomas que podem não se encaixar especificamente em uma destas fases.

Com base nisso, a maioria das doenças possui caráter multifatorial e pode ser influenciada ou desencadeada por problemas familiares, questões corporais, relacionais ou sociais, onde a criança não consegue atingir um padrão de comportamento esperado, tanto por ela, quanto pelos pais. Desse modo, na medida em que as pessoas são classificadas como doentes, elas se tornam pacientes e se veem na necessidade do consumo de tratamento, usando da medicalização para corrigir desvios de padrões (SILVA, MORAES, MENDES, 2018).

Nem sempre as crianças, no entanto, melhoram com intervenções psicossociais e, para elas, fármacos acabam sendo necessários para melhorar sua funcionalidade. Note-se que psicoterapia e medicação não são mutuamente excludentes: em muitas condições, como depressão e ansiedade, o uso combinado foi descoberto como mais benéfico do que a monoterapia (VITIELLO, 2009).

Assim sendo, a medicalização, correta ou incorreta, traz consequências positivas ou negativas para a criança e adolescentes, a curto ou a longo prazo. Entre os benefícios, apesar de não agirem diretamente nas causas das patologias acarretam a cura ou amenização dos sintomas a serem tratados, e alguns profissionais os indicam para o aumento do bem-estar por promoverem melhor convívio social (LEITE, MEIRELLES, MILHOMEM, 2015).

Portanto, essa revisão literária possui como finalidade maior, compreender e apresentar na literatura, como o uso desordenado de psicotrópicos durante a fase da adolescência causam consequências na vida adulta.

2. MÉTODO

Foi realizada uma revisão de literatura, mediante levantamento bibliográfico, realizando busca por publicações e/ou artigos científicos sobre a temática em questão, nos últimos 20 anos, presentes na base de dados PubMed e Scielo.

Foram utilizados artigos e livros publicados em inglês ou português, escolhendo preferencialmente português, e que contivessem as informações necessárias

sobre as principais problemáticas que envolvessem adolescentes e o uso desordenado de psicotrópicos.

Tendo como principal critério para inclusão na compilação dos artigos os que contivessem em seu título ou no resumo os seguintes descritores: TDAH, ansiedade na adolescência, depressão na adolescência, uso de psicotrópicos, adolescentes e transtornos mentais, terapia medicamentosa, antidepressivos na adolescência.

Os parâmetros de exclusão, foram os de artigos que não atendiam aos parâmetros de inclusão citados anteriormente, ou seja, aqueles que não estavam relacionados com o objetivo desta revisão ou que fossem publicados em outro formato que não artigo ou livro, e em outro idioma ao invés do relacionado na metodologia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a execução desta revisão de literatura, foi efetuado um levantamento bibliográfico nas bases de dados e período de publicação anteriormente citados, onde a pesquisa partiu pela utilização de descritores previamente estabelecidos. Sendo identificados assim, 286 publicações, onde o maior quantitativo foi proveniente do Scielo (n=161), seguido pelo PubMed (n=125). A seleção final foi realizada conforme os critérios de inclusão e exclusão citados anteriormente, sendo selecionados por fim, 15 artigos, como mostra o quadro 1, para fim de cumprimento dos objetivos propostos e mencionados.

Quadro 1- Síntese dos artigos selecionados, conforme autor, título e resultados.

Nº	AUTOR	TÍTULO	RESULTADOS
1	BARBOSA, PEDER, SILVA, 2016.	Uso de metilfenidato em crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade em um município do	O uso de Metilfenidato em crianças na região estudada, melhorou a relação interpessoal, aumentou a concentração e diminuiu a agressividade, demonstrando a importância do uso do medicamento em crianças com TDAH. Contudo,

		interior do Paraná, Brasil.	efeitos colaterais ainda são relatados com o uso da terapia.
2	BECKHAUSER, 2010.	Utilização de medicamentos na Pediatria: a prática de automedicação em crianças por seus responsáveis.	A automedicação é uma prática frequente na população investigada, sendo geralmente mais comum em crianças de até sete anos e realizada principalmente pelas mães; esse fato sugere a necessidade de promover educação em saúde que vise à promoção do uso racional de medicamentos.
3	BENTO, 2019.	Crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH: comparação do desempenho de alunos tratados e não tratados com metilfenidato	Os resultados indicam que o grupo sem tratamento medicamentoso obteve desempenho escolar maior que o grupo em tratamento medicamentoso para transtorno de déficit de atenção e hiperatividade confirmando a hipótese de que o tratamento medicamentoso isolado não é suficiente para o combate de um transtorno multifatorial como o TDAH.
4	CURATOLO, BRASIL, 2005.	Depressão na Infância: Peculiaridades no Diagnóstico e Tratamento Farmacológico.	O clínico deve estar preparado para reconhecer diversas formas de apresentação nesta faixa etária. É essencial identificar medicações eficazes e seguras para o tratamento da depressão infantil.
5	GOMES, 2015.	Eficácia da Assistência Farmacêutica sobre a Qualidade de Vida em Pacientes com Depressão.	A Assistência Farmacêutica foi eficaz na redução de sintomas depressivos e ansiosos e na melhoria da qualidade de vida de pacientes com depressão.
6	MESQUITA, PEGORARO, 2013.	Diagnóstico e tratamento do transtorno autista em publicações brasileiros-Revisão de literatura.	Este estudo permite apontar para a necessidade do diagnóstico precoce em crianças do espectro autista, e envolvimento de diferentes profissionais da área da saúde no diagnóstico e cuidados a essa clientela.

7	MOREIRA, 2017.	Transtorno de Déficit de Atenção /Hiperatividade: Prevalência e uso de psicofármacos em crianças de um ambulatório no sul de Santa Catarina.	Encontrou-se uma prevalência de TDAH superior àquelas relatadas na literatura. O grau de adesão ao tratamento encontrado foi considerado baixo e houve predomínio do comportamento não-intencional.
8	MUKATTASH, 2018.	Assistência farmacêutica em crianças: conhecimento, atitudes e competência auto-relatados de estudantes do último ano de farmácia na Jordânia.	Os resultados deste estudo destacam uma deficiência alarmante no conhecimento farmacêutico pediátrico entre os estudantes do último ano de farmácia na Jordânia.
9	NIKOLOV, JONKER, SCAHILL, 2006.	Autismo: tratamento psicofarmacológico e áreas de interesse para desenvolvimentos futuros.	Esses tratamentos não enfocam os sintomas nucleares da enfermidade e, geralmente, seus efeitos colaterais excedem os benefícios. Portanto, há uma necessidade substancial de novas medicações que sejam mais seguras e mais eficazes em tratar os sintomas comportamentais do autismo.
10	NÓBREGA, 2015.	Intoxicações por Medicamentos: Uma Revisão Sistemática com Abordagem nas Síndromes Tóxicas.	Estabelece relação estreita entre as síndromes e os eventos tóxicos associados ao uso de fármacos terapeuticamente ativos.
11	OLIVEIRA, GASTAUD, RAMIRES, 2018.	Participação dos Pais na Psicoterapia da Criança: Práticas dos Psicoterapeutas.	Riscos e benefícios da participação dos pais foram reportados e constituíram seis categorias: a criança como sintoma dos conflitos familiares; resistência dos pais à psicoterapia e às mudanças; cumprimento do contrato pelos pais; aliança terapêutica; compreensão da

			dinâmica familiar e dos sintomas da criança; e fortalecimento dos vínculos pais-filhos.
12	PIRES, MARTINS, 2019.	Saúde mental e utilização de psicofármacos em crianças e jovens em regime de acolhimento residencial em Portugal – um estudo exploratório.	A medicação psicotrópica constitui uma modalidade de intervenção nestas condições cuja utilização tem vindo a aumentar de forma consistente nos últimos anos, desconhecendo-se, todavia, as suas implicações a médio e longo prazo no funcionamento e desenvolvimento destas crianças e jovens.
13	SILVA, SILVEIRA, 2019.	O uso de psicofármacos por crianças e adolescentes em um Centro de Atenção Psicossocial Infantil.	Um uso elevado de psicofármacos e, consequentemente, medicamentos usados com hipóteses diagnósticas ou sem um diagnóstico, tratando sintomas advindos de demanda escolar e familiar.
14	VALENÇA, GUIMARÃES, SIQUEIRA, 2020.	Prescrição e uso de antidepressivos em crianças e adolescentes–uma revisão da literatura.	Necessidade de uma política pública para a definição de intervenções e estratégias de promoção da saúde, visando à prevenção da automedicação que possa trazer riscos aos usuários e à comunidade.
15	WOCHE, 2021.	A moralização das políticas públicas sobre drogas e atenção aos usuários de drogas: um limite à luz da dignidade da pessoa humana.	As condições formais da Democracia não impedem o jogo das relações de poder e nem a distribuição da população de acordo com determinada política ou valores morais.

Fonte: Os autores, 2023.

O principal motivo da procura de Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) por crianças e adolescentes foi o surgimento de distúrbios neuropsíquicos que afetam seu desenvolvimento em sala de aula, em interações sociais e inclusive no comportamento em casa (MOREIRA *et al*., 2017).

A prática medicamentosa é uma opção para amenizar comportamentos considerados indesejáveis (MESQUITA, PEGORARO, 2013). Quando os sintomas nucleares incapacitam o desenvolvimento do indivíduo e impedem a influência de outras terapias, tal como as educacionais e comportamentais, se torna indispensável o uso de drogas que tenham como alvo sintomas específicos (NIKOLOV, JONKER & SCAHILL, 2006).

Woche (2021) mostra que se não houver urgência para iniciar o tratamento medicamentoso, os antidepressivos são indicados somente após terapia com duração mínima de 3 meses ou 6 sessões. No entanto, se não houver melhora, se a depressão for diagnosticada como moderada ou mesmo grave, pode ser necessário recorrer ao tratamento medicamentoso do paciente. Durante o tratamento, o paciente é atendido por equipe multidisciplinar composta por psicólogo, psiquiatra, farmacêutico, assistente social, enfermeiro e médico.

Entrando em concordância com Woche (2021), Valença, Guimarães e Siqueira (2020) afirmam que o tratamento para crianças e adolescentes deve ser misto, incluindo intervenções farmacológicas, psicoterapêuticas e psicossociais. Como todos os medicamentos, os psicofármacos devem ser usados de forma racional, considerando essencial seu uso seguro, que ocorre quando o paciente recebe o medicamento de acordo com suas necessidades clínicas, na dose certa com estratégia ampla, e avaliação médica muito detalhada.

O tratamento não deve ser iniciado sem compreensão clara do quadro clínico, coletando dados da vida social, escolar e familiar. A escolha do medicamento deve ser baseada no perfil de sintomas da criança, diagnóstico, idade e uso de outros medicamentos. É muito importante que o médico tenha o consentimento dos pais ou responsáveis e sempre envolva o paciente em todo o processo (VALENÇA, GUIMARÃES, SIQUEIRA, 2020).

A automedicação de antidepressivos na infância e adolescência tem o potencial de prejudicar o desenvolvimento de redes neurais importantes, que ocorre nessa faixa etária. É importante ainda destacar, que a prática da automedicação, muitas vezes é influenciada por amigos, balconistas de farmácias e até mesmo os próprios familiares. (BECKHAUSER *et al.*, 2010).

Uma preocupante consequência da automedicação são intoxicações medicamentosas, as quais surgem devido a mecanismos complexos, relacionados a processos farmacodinâmicos e farmacocinéticos envolvidos, por sua vez, com características individuais, com propriedades farmacêuticas do produto e com interações com medicamentos e alimentos (NÓBREGA *et al*, 2015).

Segundo Curatolo e Brasil (2005), é possível que, pela maior rapidez na metabolização hepática e filtração glomerular, é comum que a dosagem medicamentosa em crianças e adolescentes seja maior do que a prescrita para adultos. Em consequência de tais condições fisiológicas que evoluem gradualmente com o passar da idade, o prescritor deve ter a atenção de, sempre que preciso, alterar a dosagem.

Concomitante a esses dados, devido ao elevado risco de dependência da maioria dos medicamentos, a interrupção brusca apresentou uma série de efeitos negativos e rebote, como insônia, depressão e exaustão vespertina, demonstrando a necessidade da retirada gradual que, geralmente, não acontece (BARBOSA, PEDER, SILVA, 2016; BENTO *et al*., 2019).

Algumas consequências negativas pairam sobre o tratamento medicamentoso entre crianças e adolescentes: efeitos adversos severos negativos resultantes do uso, que, tendo em vista o universo infantil, incluem problemas a curto e a longo prazo que abordam variados prejuízos ao corpo como alterações neurológicas, psiquiátricas, gastrointestinais, endócrinas, metabólicas e cardíacas (PIRES, MARTINS, 2019; SILVA, SILVEIRA, 2019).

Nessa perspectiva, os resultados descritos nas pesquisas analisadas relatam a longo prazo agravamento de sintomas depressivos, tentativas de suicídio, efeitos extrapiramidais, síndrome neuroléptica maligna, aumento do risco de obesidade e diabetes na vida adulta e possível redução na estatura. A curto prazo, os estudos trazem que as crianças e os cuidadores relatam a sedação, distúrbios no apetite, com possível aumento ou perda de peso e insônia, como os principais efeitos encontrados em jovens, ainda que não sejam os únicos (SILVA, SILVEIRA, 2019).

De acordo com Oliveira, Gastaud, Ramires (2018) outra consequência é o baixo grau de adesão não intencional à tratamento de diversas alterações, sejam elas emocionais, comportamentais e outras pela sociedade coexistem nas divergências de aderência a esses psicotrópicos, visto que, a falta de informação concreta e sucinta dos pais ou responsáveis, a falta de estímulos de movimentos contrários, bem como a falta de estudos comprobatórios de efeitos adversos, fazem com que os responsáveis pelas crianças e jovens desestimulem o uso ou a aderência ao tratamento.

Assim, com uma supervisão farmacoterapêutica, é possível aprimorar efeitos de eficácia e segurança, aumentar a adesão ao tratamento, diminuir as manifestações depressivas e ansiosas, e promover benefícios no bem-estar de vida. Portanto, o atendimento do farmacêutico torna-se interessante para comunidade, visto que é um apoio acessível que auxilia no sucesso terapêutico (GOMES *et al*., 2015; MUKATTASH *et al*., 2018).

4. CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, chegou-se à finalidade que, o uso desordenado de psicotrópicos são capazes de provocar alterações no cérebro, onde os adolescentes que abusam destas substâncias têm uma maior probabilidade de desenvolver outros problemas psicológicos e emocionais, acarretando impactos significativos na vida adulta, que podem ser no desempenho profissional e pessoal, desenvolvimento de tolerância à dose do medicamento e principalmente dependência de uso do mesmo.

Portanto, é necessário informar aos adolescentes sobre os perigos que se tem ao não tomar esta classe de medicamento da maneira indicada pelos profissionais de saúde, mostrando todos os malefícios que isso traz para toda uma vida, promovendo alternativas saudáveis no enfrentamento de mudanças e problemas emocionais que esses jovens venham a ter, sendo de extrema importância a total atenção dos pais ao comportamento que seus filhos apresentem.

Cabe também aos profissionais de saúde, o esclarecimento de informações e dúvidas que o paciente e seus responsáveis venham a ter, realizando assim, um acompanhamento correto durante toda a fase estabelecida de terapia medicamentosa ou não medicamentosa, o que irá aumentar a viabilidade do sucesso terapêutico e melhora do quadro clínico, visto que, a qualidade de vida e o bem-estar do paciente devem ser sempre levados em consideração.

REFERÊNCIAS

BARBOSA F., PEDER L.D., SILVA C.M. Uso de metilfenidato em crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade em um município do interior do Paraná, Brasil. **ACTA biomedicina brasileira**, v. 7, n. 2, p. 29-38, 2016.

BECKHAUSER G. C., DE SOUZA J. M., VALGAS C., PIOVEZAN A, P. & GALATO D. (2010). Utilização de medicamentos na Pediatria: a prática de automedicação em crianças por seus responsáveis. **Revista de Saúde Pública**, vol.44 nº.4, São Paulo, Brasil.

BENTO L.A., et al. Crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH: comparação do desempenho de alunos tratados e não tratados com metilfenidato. **Revista Uningá**, v. 56, n. 2, p. 151- 159, 2019.

COUTO MCV, DUARTE CS, DELGADO, PGG. A saúde mental infantil na Saúde Pública brasileira: situação atual e desafios. **Braz J Psychiatr**. 2008;30(4):390-398.

CURATOLO, E.; BRASIL, H. Depressão na Infância: Peculiaridades no Diagnóstico e Tratamento Farmacológico. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 3, p. 170-176, 2005.

GOMES, NAYNA CANDIDA; ABRAO, PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA; FERNANDES, MARIA ROSANA; BEIJO, LUIZ ALBERTO; MAGALHAES, VERONICA FERREIRA; MARQUES, LUCIENE ALVES MOREIRA. Effectiveness of pharmaceutical care about the quality of life in patients with depression. **SM journal of depression research and treatment**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1005, 2015.

LEITE R., MEIRELLES L.A.A., MILHOMEM D.B. Medicamentos usados no tratamento psicoterapêutico de crianças autistas em Teresina - PI. **Boletim informativo Geum**, v. 6, n. 3, p. 91-97, 2015

MESQUITA, N. S.; PEGORARO, R. F. Diagnóstico e tratamento do transtorno autístico em publicações brasileiros-Revisão de literatura. **Curso de Psicologia da Universidade Paulista**. Goiânia, maio, 2013.

MOREIRA M.T., et al. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: Prevalência e uso de psicofármacos em crianças de um ambulatório no sul de Santa Catarina. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 26, n. 3, p.106-117, 2017.

MUKATTASH, TAREQ L.; JARAB, ANAN S.; ABU-FARHA, RANA K.; ALEFISHAT, EMAN; MCELNAY, JAMES C. Pharmaceutical care in children: self-reported knowledge, attitudes and

competency of final-year pharmacy students in Jordan. Sultan Qaboos **University medical journal**, Muscat, v. 18, n. 4, p. e468-e475, 2018.

NIKOLOV, R.; JONKER, J.; SCAHILL, L. Autismo: tratamento psicofarmacológico e áreas de interesse para desenvolvimentos futuros. **Revista Brasileira Psiquiatria**, v. 28, suppl. 1, 2006.

NÓBREGA, H. O. S.; et al.Intoxicações por Medicamentos: Uma Revisão Sistemática com Abordagem nas Síndromes Tóxicas. **Revista Saúde e Ciência**, Campina Grande, v. 4, n. 2, p.109-119, 2015.

OLIVEIRA, L.R.F., GASTAUD M. B., RAMIRES V.R. R. Participação dos Pais na Psicoterapia da Criança: Práticas dos Psicoterapeutas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 1, p. 36-49, 2018.

PIRES, J., MARTINS, P.C. Saúde mental e utilização de psicofármacos em crianças e jovens em regime de acolhimento residencial em Portugal – um estudo exploratório. **Revista de sociologia**, v. 23, n. 1, p. 123- 137, 2019.

SILVA J.C, MORAES M.H., MENDES C.F. Percepção de cuidadores sobre a medicalização da infância e adolescência. **Revista interdisciplinar de promoção da saúde**, v. 1, n. 3, p.153-162, 2018

SILVA O.R.T., SILVEIRA M.M. O uso de psicofármacos por crianças e adolescentes em um Centro de Atenção Psicossocial Infantil. **Infarma ciências farmacêuticas**, v. 31, n. 2, p. 210-218, 2019.

VALENÇA, R. C. P.; GUIMARÃES, S. B.; SIQUEIRA, L. P. Prescrição e uso de antidepressivos em crianças e adolescentes–uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 94860-94875, 2020.

VITIELLO B. Combined cognitive-behavioral therapy and pharmacotherapy for adolescent depression: does it improve outcomes compared with monotherapy? **CNS Drugs**, 2009a; 23:271-280.

VITIELLO B.; DAVICO C. Twenty years of progress in pediatric psychopharmacology: accomplishments and unmet needs. **Evidence-Based Mental Health**, 2018; 21:e10.

WOCHE B. A moralização das políticas públicas sobre drogas e atenção aos usuários de drogas: um limite à luz da dignidade da pessoa humana. **Repositório Universitário da Ânima**. 2021; 2(1):1-32.